

Contrato de Formação

Entre o primeiro outorgante - Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro, com sede na Escola Secundária de Tondela, onde está sediado o Centro de Formação de Associação de Escolas do Planalto Beirão, sito na Rua Dr. Ferraz de Carvalho, em Tondela, com NIPC 600 085 910, representado pelo Diretor *Júlio de Melo Cabral Valente*, e o(a) segundo(a) outorgante (nome) _____, titular do BI/CC _____, contribuinte número _____, residente em _____, a exercer funções no AE/Escola - _____, é celebrado o presente Contrato de Formação, que se rege pelas cláusulas seguintes.

Cláusula Primeira

(Objeto do contrato)

O primeiro outorgante facultará ao segundo outorgante, que aceita, a frequência gratuita da ação de formação contínua “**Capacitação Digital de Docentes - Nível 1 (T3)**”, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua sob o número de registo CCPFC/ACC-109958/20, na modalidade de Oficina de Formação, com a duração de **50** horas (25 presenças e 25 de trabalho autónomo) e financiada pelo Programa Operacional Capital Humano (candidatura POCH-04-5267-FSE-000894).

Cláusula Segunda

(Local e calendarização da formação)

1. A ação referida na cláusula anterior, face à pandemia originada pelo Covid 19, poderá ser a distância ou presencialmente, na Escola Secundária de Santa Comba Dão.
2. A formação terá o seguinte cronograma:

Ano	Mês	Dias	Horário	Nº de Horas
2021	Abril	7	14.30-18.30	4h
		10	9.00-13.00	4h
		21	14.30-18.30	4h
	Maio	12	14.30-18.30	4h
		26	14.00-18.30	4,5h
	Junho	9	14.00-18.30	4,5h
	TOTAL			25 HORAS

Cláusula Terceira

(Direitos do formando)

O primeiro outorgante obriga-se a:

1. Disponibilizar os meios ao seu alcance de modo a possibilitar as melhores condições de frequência nas atividades desenvolvidas durante a ação;
2. Comunicar eventuais alterações que contrariem o teor da cláusula segunda;
3. Emitir, gratuitamente, a favor do segundo outorgante, certificado comprovativo da frequência e aproveitamento, decorrente do processo de avaliação, se cumpridas as condições de frequência e avaliação requeridas;
4. Pagar subsídio de deslocação, se a ele houver direito de acordo com as regras estabelecidas pelo POCH, designadamente com o disposto no artigo 13.º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 122/2016, de 4 de maio.

Cláusula Quarta

(Deveres do formando)

O/A segundo(a) outorgante obriga-se a:

1. Fornecer ao Centro de Formação todos os dados necessários ao processo administrativo da referida ação;
2. Respeitar as normas previstas no Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores (Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro), designadamente o disposto no artigo 18.º:
 - a) Cumprir as suas obrigações legais em matéria de formação contínua de docentes;
 - b) Participar de forma empenhada nas ações de formação contínua consideradas prioritárias para a concretização do projeto educativo da escola e para o desenvolvimento do sistema educativo;
 - c) Promover o bom relacionamento e a cooperação entre todos os docentes;
 - d) Partilhar com os outros docentes a informação, os recursos didáticos e os métodos pedagógicos, no sentido de difundir as boas práticas;
 - e) Cumprir com os deveres de pontualidade e assiduidade.
3. Realizar os trabalhos inerentes ao seu processo de avaliação e da ação, nomeadamente o preenchimento e submissão do questionário final de avaliação da ação.
4. Dar conhecimento, por escrito, ao Centro de Formação de eventual desistência da frequência da ação.

Cláusula quinta

(Materiais produzidos)

A documentação e os materiais produzidos pelo segundo outorgante no âmbito da ação de formação serão pertença do CFAE do Planalto Beirão, podendo ser divulgados por esta entidade da forma que entenda conveniente.

Cláusula sexta

(Proteção de dados pessoais)

1. O primeiro outorgante garante a estrita confidencialidade no tratamento dos dados pessoais do segundo outorgante.
2. A informação disponibilizada não será partilhada com terceiros e será utilizada apenas para os fins diretamente relacionados com o objeto deste contrato.

Cláusula sétima

(Alteração supervenientes)

Quando, por razões a si não imputáveis, o primeiro outorgante não puder cumprir integralmente o plano de ação previsto, poderá proceder aos necessários ajustamentos, devendo sempre justificar tal facto ao segundo outorgante.

Cláusula oitava

(Denúncia do contrato)

1. O presente contrato pode ser denunciado em qualquer altura e por qualquer das partes, desde que se verifique o incumprimento das obrigações de qualquer dos outorgantes.
2. A denúncia do contrato revestirá sempre forma escrita e explicitará o motivo ou motivos que lhe são subjacentes.

Cláusula nona

(Duração)

O presente contrato mantém-se em vigor até ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

_____, ____ de _____ de 2021

O primeiro outorgante

O segundo outorgante

(Júlio de Melo Cabral Valente)

(O_(a) Formando_(a))